


A atuação da ONU Mulheres Brasil: desenvolvimento e implementação de projetos *UN Women's work in Brazil: development and implementation of projects*


Mariana Baccharini

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Relações Internacionais, João Pessoa,
Paraíba - PB, Brasil (mariana.baccharini@academico.ufpb.br)

 <https://orcid.org/0000-0001-5429-1286>

Carla Gomes da Conceição

Universidade Federal da Paraíba, Departamento de Relações Internacionais, João Pessoa,
Paraíba - PB, Brasil (carlagomes@gmail.com)

 <https://orcid.org/0009-0005-2899-0661>

Resumo

Este trabalho busca analisar a atuação do ONU Mulheres Brasil a partir de um mapeamento do desenvolvimento e implementação de projetos por revisão sistemática de literatura, pesquisas no site oficial e contato direto com membros da organização e de projetos atrelados. Conclui-se que o órgão, apesar de associado a iniciativas em diversas áreas, alcança resultados de maneira ainda incipiente.

Abstract

This paper seeks to analyse the work of UN Women Brazil by mapping the development and implementation of projects through systematic literature review, research on the official website and direct contact with members of the organisation and related projects. The conclusion is that although the organisation is associated with initiatives in various areas, it still achieves results in an incipient manner.

Palavras-chave: ONU Mulheres; Brasil; Gênero; ONGs; Organizações Internacionais.

Keywords: UN Women; Brazil; Gender; NGOs; International Organizations.

Submetido em 30/11/2023

Aceito em 16/07/2024

Introdução

A Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) é uma organização intergovernamental (OIG) integrante da Organização das Nações Unidas (ONU) que exerce a função de agência especializada para lidar com as questões de gênero no sistema internacional. A instituição foi criada oficialmente em 2010, a partir da fusão de quatro órgãos subsidiários pré-existentes na ONU: Office of the Special Adviser on Gender Issues and the Advancement of Women (OSAGI), United Nations Funds for Women (UNIFEM), Division for the Advancement of Women (DAW) e International Research and Training Institute for the Advancement of Women (INSTRAW). O objetivo almejado era garantir maior eficiência nas ações voltadas para os direitos das mulheres, por meio de medidas como a ampliação do orçamento e a disposição de uma estrutura burocrática mais complexa (Charlesworth; Chinkin, 2013).

Dessa forma, a constituição de uma entidade específica para a promoção concreta de políticas implica em uma tentativa por parte da ONU de atender às demandas e pressões exercidas pelos movimentos feministas para melhorar a abordagem dentro da instituição, caracterizando a mudança institucional. Como reflexo do processo constituinte, a ONU Mulheres atua em conjunto com diversas entidades como grupos da sociedade civil, empresas e governos, que auxiliam no atendimento das demandas locais e na difusão dos outputs promovidos pela instituição (Charlesworth; Chinkin, 2013). A instituição é dividida em 9 áreas de atuação que definem o foco das políticas públicas a serem adotadas: luta pelo fim da violência contra a mulher, paz e segurança, ação humanitária, participação política feminina, empoderamento econômico, inovação tecnológica, HIV e Aids, mulheres com deficiência e juventude feminina (UN Women, 2023). Assim, a participação de entidades da sociedade civil, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), conforme previsto pelo desenho institucional, permite o alinhamento das expectativas sobre o papel que a organização deveria exercer, bem como no acompanhamento dos resultados alcançados.

Nesse sentido, esta pesquisa visa analisar a atuação da ONU Mulheres no Brasil, a fim de verificar se os objetivos propostos em sua criação se materializam em políticas públicas promovidas. Para tanto, buscou-se analisar a cooperação entre a organização e instituições nacionais com projetos direcionados para as pautas de gênero, com o mapeamento de tais projetos e dos resultados alcançados. Além disso, a partir do estabelecimento destes objetivos, foi feita uma revisão sistemática de literatura em bases de dados eletrônicas com a busca por artigos científicos sobre a atuação da ONU Mulheres no Brasil. Os resultados demonstraram que existem poucos estudos acadêmicos relacionados ao objeto de pesquisa, tendo em vista que a maioria se refere à estrutura da organização de modo geral, sem a correlação com a promoção de políticas públicas no país, em articulação com instituições nacionais específicas.

Dada a falta de material acadêmico, partiu-se então para uma pesquisa empírica. O site oficial da instituição se mostrou de grande valia para a obtenção de informações sobre os projetos desenvolvidos, com certas limitações relacionadas à pouca atualização dos meios eletrônicos

vinculados à instituição. Contatos diretos com membros da ONU Mulheres Brasil e instituições nacionais parceiras também resultou em poucos achados.

Examinar a amplitude da ONU Mulheres no Brasil apresenta-se como um elemento fundamental para analisar o impacto de organizações internacionais em políticas públicas domésticas e, por outro lado, identificar os efeitos práticos das inferências da sociedade civil no âmbito das organizações intergovernamentais. Desse modo, a relevância da pesquisa justifica-se pela pouca produção científica sobre a ONU Mulheres, e em especial sobre sua atuação no Brasil. Entender as lacunas deixadas em sua atuação de organizações internacionais ajuda a corrigir possíveis falhas de direcionamento que prejudiquem o alcance dos objetivos estabelecidos.

Dentro desse contexto, a ONU Mulheres Brasil é posta como um importante veículo de discussão e promoção de políticas públicas voltadas à pauta feminista. Em sua criação, a organização se propõe a ser um canal dentro do sistema ONU para a viabilização de projetos voltados para a questão de gênero. A pesquisa, no entanto, aponta que a organização não atinge, ao menos no Brasil, seu potencial proposto no desenho institucional, considerando que os resultados, quando divulgados, ainda são incipientes.

Como será demonstrado, apesar da proeminência na produção e divulgação de dados relacionados à realidade brasileira, ainda há uma atuação embrionária na promoção de projetos e políticas públicas. Portanto, a partir da identificação de tais problemas, abrem-se os caminhos para a pesquisa de novas rotas de ação, em que a instituição alcance uma melhor performance na promoção da igualdade de gênero.

1. A atuação da ONU Mulheres no Brasil: principais projetos em parceria com instituições nacionais

As instituições são definidas como sistemas de regras, formais ou informais, e mecanismos de monitoramento e compliance, que definem o contexto em que os atores vão interagir. Dessa forma, possibilitam o entendimento de normas consideradas aceitáveis dentro dos limites sociais, as que devem e não devem ser praticadas, por meio de suas diretrizes. A definição refere-se à corrente teórica do neoinstitucionalismo, que dispõe sobre a influência das instituições na reprodução e manutenção da estrutura social vigente, a partir da classificação que é socialmente aceitável ou desejado (Campbell, 2004).

Posto isso, as OIs são instituições formalizadas por três ou mais Estados nacionais soberanos, que podem ou não admitir a participação de atores privados ou entidades subnacionais. Possuem em sua constituição um aparato burocrático que tenciona um caráter permanente, a partir de elementos como orçamento e secretariado (Faria, 2018).

A área de atuação inicial das OIs é delimitada pelos Estados, considerando que estes têm o poder para moldar o sistema internacional. No entanto, as OIs também exercem poder dentro do sistema, tendo em vista que instituições possuem capacidade de agência ao disseminarem valores e normas. Desse modo, tais organizações elaboram políticas e projetos próprios, moldando as

preferências dos atores conforme sua visão de mundo. Essa habilidade é exercida por meio de mecanismos como expertise, legitimidade e recursos. Uma OI, portanto, possui autoridade dentro de sua área de atuação, e utiliza-se desse poder para promover sua agenda dentro do contexto internacional (Farrell; Finnemore, 2016).

A autoridade é proporcionada tanto pelas finalidades pretendidas quanto pelos meios empregados. OIs promovem valores compartilhados socialmente, como a proteção ao meio ambiente, direitos humanos e, no caso da ONU Mulheres, igualdade de gênero. Além disso, são vistas como dotadas de legitimidade pois os processos utilizados tendem a ser racionais e imparciais. Dessa forma, em oposição aos Estados, não estariam perseguindo interesses egoístas, mas atuando em prol do bem coletivo (Barnett; Finnemore, 2012).

Esses fatores contribuem para que as OIs possuam autoridade em áreas específicas, garantindo autonomia para ação. A autonomia faz com que tais instituições desenvolvam sua própria cultura organizacional, de modo a estabelecer seus próprios meios de alcançar as missões atribuídas pelos Estados. Portanto, as OIs analisam e interpretam o mundo, criando parâmetros que orientam a ação (Barnett; Finnemore, 2012).

Desse modo, os Estados criam expectativas em torno dos modelos de comportamento fornecidos pelas OIs, que passam a ser incorporados na cultura internacional em termos do que se espera adequado. Assim, não apenas regulam, como também constroem o mundo ao exercer influência sobre identidades e interesses (Barnett; Finnemore, 2012).

Nesse sentido, aponta-se que as instituições impactam as políticas públicas na medida em que influenciam todo seu ciclo de produção. Por meio de sua capacidade de articulação em torno de objetivos comuns, as OIs movimentam atores de diversos âmbitos, como ONGs, empresas e a ação estatal, em torno de suas causas (Faria, 2018). Dentro desse contexto, esta pesquisa foca em como a ONU Mulheres Brasil dialoga com a sociedade civil na formação de sua agenda de atuação no país, e como isso impacta na implementação dos projetos pela organização. Entretanto, pouco se estuda sobre a ONU Mulheres, e menos ainda a respeito de sua atuação específica no Brasil. Para iniciar esta pesquisa, partimos de uma revisão sistemática de literatura para mapear as fontes acadêmicas que relacionassem a ONU Mulheres com sua atuação no Brasil. Por meio da plataforma Scopus, utilizando as palavras-chave “UN Women” AND “Brazil”, foram encontrados 4 artigos, evidenciando o pouco desenvolvimento do campo no âmbito acadêmico.

Dentre os 4 artigos, apenas um foi excluído, sendo utilizado como critério de exclusão resumos que abordassem diretamente a influência da ONU Mulheres na questão de gênero no Brasil, na forma de projetos, relatórios, e meios de atuação similares. Thomson e Whiting (2022) foi excluído por abordar a UN’s Women, Peace and Security agenda (WPS agenda), uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU) e não pertencente exclusivamente ao escopo da ONU Mulheres, sendo inclusive anterior à criação da instituição.

Já os demais artigos encontrados na base de dados foram incluídos na construção da pesquisa pois abordam a atuação da organização internacional no Brasil, de que maneira os objetivos propostos têm sido desenvolvidos, e seus reflexos na sociedade civil.

Tabela 1 – Revisão sistemática de literatura

Autor (es)	Título	Ano de publicação	Tipo de Documento	Assunto
Guimarães N.A.	Substantive equality and new challenges in gender relations in work	2016	Artigo	Relações de gênero no trabalho
Alves J.E.D.	The challenges of gender equality in the twenty-first century	2016	Artigo	Relações de gênero no Brasil nos últimos 70 anos. Atuação da ONU e as conferências promovidas
Gabrielli C.	Analysis of international guidelines on Gender and Tourism and their absence in the National Tourism Plans of Brazil	2022	Artigo	Análise sobre a adoção de diretrizes internacionais relacionadas à questão de gênero dentro dos Planos Nacionais de Turismo (PNT) no Brasil
Fonseca Rosenblatt F.; de Mello M.M.P.; Salazar L'Armée Queiroga de Medeiros C.	Secondary victimization, procedural injustices, and machismo: the experiences of women who access Brazil's not-so-specialized domestic violence courts	2023	Artigo	A legislação brasileira sobre violência doméstica e as dificuldades enfrentadas

Fonte: Elaborado pelas autoras

Guimarães (2016) utiliza o termo “igualdade substantiva” para destrinchar as relações de gênero no trabalho, em consonância com o relatório *Progress of the World’s Women 2015-2016*, publicado pela ONU Mulheres em 2015. O documento aborda a igualdade substantiva como aquela que apresenta resultados equitativos, integrando economia, cultura e política. O artigo utiliza o embasamento teórico e metodológico proposto pelo relatório aplicado ao caso brasileiro, utilizando os exemplos citados pela OIG para apresentar novas perspectivas para a agenda política e econômica do Brasil.

Por sua vez, Alves (2016) recorre ao mesmo relatório para apresentar os avanços e limitações nos direitos das mulheres nos últimos 70 anos. O artigo menciona os dados e recomendações postos pela ONU Mulheres, com destaque para o direcionamento das políticas públicas a serem promovidas na questão de gênero (Alves, 2016, p. 636).

No terceiro artigo, Rosenblatt, Mello e Medeiros (2023) novamente utilizam a ONU Mulheres como uma referência na produção de informações sobre os direitos das mulheres. O artigo apresenta as falhas na aplicação da Lei Maria da Penha, utilizando como parâmetro o relatório *Progress of the World’s Women 2019-2020*, que traz diversas críticas à aspectos como a falta de coordenação dos entes envolvidos e a falta de treinamento das pessoas que trabalham com os casos de violência contra a mulher.

Por fim, Gabrielli (2022) aborda diretrizes internacionais sobre gênero e turismo, presentes nos relatórios “Global Report on Women in Tourism” (GROWIT) da Organização Mundial do Turismo (UNWTO), e investiga a presença dessas diretrizes nos Planos Nacionais de Turismo (PNT) do Brasil. A ONU Mulheres é abordada como ator importante na mobilização das questões de gênero dentro da agenda internacional, especialmente no que tange ao GROWIT. O plano seria uma parceria entre a UNWTO e a ONU Mulheres, decorrente dos esforços para inclusão da pauta nos diversos regimes internacionais. No entanto, a organização aqui analisada não é retomada na análise sobre a implementação do PNT no Brasil.

Dessa forma, em todos os artigos acadêmicos encontrados, a ONU Mulheres aparece enquanto fonte de informações, ao utilizarem relatórios e dados produzidos pela instituição, aplicados em casos voltados para o Brasil. Nenhum artigo apresentou informações adicionais sobre a atuação da OIG no cenário nacional. Nesse sentido, reitera-se a falta de informações sobre os projetos e caminhos percorridos para além da função de produção, sistematização e divulgação de informações relacionadas à questão de gênero e aos direitos das mulheres. Partimos então para a pesquisa sobre os projetos e diretamente no site da organização no país.

No Brasil, a organização possui seu escritório localizado em Brasília e, desde 2020, tem como representante Anastasia Divinskaya. A atuação nacional é direcionada por três áreas de atuação, sendo elas: liderança e participação política, empoderamento econômico e prevenção da violência contra a mulher. Assim, as áreas elencam as prioridades a serem seguidas pelos projetos adotados no âmbito nacional (ONU Mulheres, 2023a).

Por meio da pesquisa no site da organização, buscou-se encontrar as principais conexões com a sociedade civil. Descobriu-se que as parcerias mais robustas se dão por intermédio de ONGs

brasileiras que desenvolvem projetos relacionados às questões de gênero. Sendo assim, a ONU Mulheres busca dialogar com tais instituições, que atuam como um canal para o desenvolvimento de políticas conforme a realidade nacional, a fim de atender a interseccionalidade inerente aos diferentes grupos de mulheres existentes no país (ONU Mulheres, 2023b).

No site, foram encontradas as principais ONGs parceiras, responsáveis pela condução dos projetos patrocinados e associados à ONU Mulheres, sendo algumas delas: Fundo Elas, Empodera, Instituto Patrícia Galvão, Women Win, Odara e Criola (ONU Mulheres, 2023b). A partir das informações coletadas, foi feita a pesquisa no site de tais instituições, com o intuito de investigar as áreas de atuação, focando em quais seriam os projetos desenvolvidos em conexão com o órgão, de maneira a entender de que forma se daria essa ligação e se os resultados alcançados estariam conforme os princípios iniciais pretendidos. Assim, cabe fazer um resumo sobre os dados alcançados, com uma breve descrição sobre as ONGs citadas.

O Fundo ELAS é um fundo independente dedicado a apoiar iniciativas relacionadas às mulheres, com o intuito de “promover e a fortalecer o protagonismo das mulheres mobilizando e investindo recursos em suas iniciativas” (Fundo ELAS, 2023, online). Em conjunto com a ONU Mulheres, a ONG lança e apoia editais com o intuito de financiar projetos realizados por empresas e institutos com atuação local e focalizada em áreas e regiões específicas. Como exemplo, é possível identificar o Edital Empodera, projeto criado em 2016 e assinado pelo Instituto Lojas Renner, Fundo ELAS e ONU Mulheres, que tem como objetivo levar a emancipação financeira, geração de renda e a conquista de espaço no mercado de trabalho na cadeia produtiva envolvida na indústria têxtil (Fundo ELAS, 2022).

A ONG Empodera utiliza o esporte como ferramenta para mudança social, utilizando o viés educacional para promover o empoderamento feminino através da redução de estereótipos, violências e desigualdade de gênero. Com a ONU Mulheres, foi localizado o programa Uma Vitória Leva à Outra (UVLO), realizado em parceria com o Comitê Olímpico Internacional e outras ONGs brasileiras. O programa é responsável pelo treinamento de organizações esportivas para trabalhar com o empoderamento feminino através do esporte, com o intuito de quebrar o ciclo de violência na área (Empodera, 2023).

O Instituto Patrícia Galvão tem como missão ampliar o debate público sobre questões que afetam a efetivação dos direitos das mulheres no Brasil. Assim, a ONG utiliza recursos midiáticos para promover a defesa de tais direitos, como a produção de conteúdos, realização de pesquisas de opinião, divulgação de notícias, além de dar maior amplitude para a cobertura jornalística voltada para a temática (Agência Patrícia Galvão, 2023). A ONU Mulheres apoia o Instituto através da promoção de debates em conjunto e da parceria no lançamento de conteúdos, como a plataforma digital “Violência contra mulheres em dados”, realizada em 2018 (ONU Mulheres, 2018).

O levantamento sobre a estrutura e atuação das ONGs levou à questionamentos sobre qual seria a área da ONU Mulheres em contato direto com tais instituições, no sentido de quais setores específicos estariam lidando com o desenvolvimento dos projetos. A partir de tal proposta, buscou-se no site da instituição uma lista com todos os projetos e ONGs apoiadas, a fim de ampliar o leque que previamente estava restrito às poucas ONGs citadas no site. Não foi encontrada nenhuma lista com

todas as informações desejadas, no entanto, foi possível chegar a um folder publicado em 2016¹, contendo projetos desenvolvidos em todas as áreas temáticas da instituição e citando diversas parcerias com empresas, ONGs e setores públicos (ONU Mulheres Brasil, 2016).

2. Empoderamento econômico: área com maior destaque em 2016

Dessa forma, a pesquisa se direcionou para o exame do folder como fonte de referências sobre a atuação efetiva da ONU Mulheres no Brasil. A orientação dada foi para montar um documento com as informações coletadas para depois entrar em contato com as instituições e com a própria instituição, para conseguir maior aprofundamento sobre os projetos em questão. Nesse sentido, o estudo propôs-se a entender qual das três áreas temáticas principais trabalhadas no Brasil² seria o foco da instituição, quais temas estariam relacionados a ela e se haveriam projetos em execução fora da listagem do folder.

A sistematização de informações sobre as atividades desenvolvidas e parcerias realizadas permitiria a conexão entre os projetos e as áreas temáticas. Assim, o mapeamento da área em destaque seria importante no sentido de definir projetos específicos para que a pesquisa pudesse se debruçar. Após o processo, a intenção seria focar na área temática considerada a principal, aprofundando o estudo nos projetos vinculados a ela por meio da comunicação com as instituições envolvidas.

A partir de tais proposições, foi feita a categorização de acordo com as três áreas temáticas principais, contendo todas as atividades desenvolvidas relatadas pelo folder e a quais organizações parceiras estariam relacionadas. De acordo com sua esfera, foram divididas em estudo, parceria com o setor privado por meio das cadeias de valor e projeto, conforme a classificação feita pelo folder. A divisão por classes permite identificar a abrangência das iniciativas. Os estudos são feitos em conjunto com instituições especializadas e resultam em publicações com o intuito de produzir e sistematizar informações relacionadas às áreas temáticas da ONU Mulheres. As parcerias com o setor privado por meio das cadeias de valor buscam aliar a instituição à iniciativa privada, por meio da capacitação e do assessoramento, objetivando transformar a cultura empresarial e promover o empoderamento das mulheres. Por fim, os projetos possuem um caráter maior de implementação de propostas, a partir de um plano de ação com justificativas e ideias para a solução de problemas.

Conforme os dados encontrados no folder (ONU Mulheres Brasil, 2016), referentes a 2016, a área de Empoderamento Econômico possuía 13 atividades citadas, em todas as categorias apontadas acima. A área de Prevenção e Eliminação da Violência contra as Mulheres contava com várias iniciativas como o apoio da ONU Mulheres à legislação em vigor no Brasil, porém, poucas delas eram projetos

¹ https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/folder_onumulheres

² Apesar de a ONU Mulheres contar com nove áreas de atuação, a organização no Brasil é voltada para três principais: Empoderamento Econômico, Liderança e Participação Política, e Fim da Violência contra as Mulheres. As três áreas contam com o maior número de projetos desenvolvidos, maior destaque nos meios eletrônicos vinculados à instituição e canais de comunicação próprios.

desenvolvidos de fato, sendo estes apenas 5. Por fim, a área de Liderança e Participação Política foi atribuída em grande parte ao apoio da organização aos movimentos feministas da sociedade civil de forma interseccional. Foram citadas apenas duas atividades efetuadas com a participação da ONU Mulheres. Dessa maneira, foi concluído que a área de Empoderamento Econômico seria a de maior ênfase dentro da instituição, tanto pelo número de iniciativas quanto pela diversidade de categorias contempladas (ONU Mulheres Brasil, 2016).

Com as informações obtidas, a área de empoderamento econômico passou a ser, então, a orientação da pesquisa. Decidiu-se que o enfoque seria na categoria de projetos desenvolvidos na área, considerando que a atuação seria mais abrangente, por meio do contato direto com setores da sociedade que permitiria a criação de políticas públicas. O objetivo nesta etapa foi encontrar dados sobre os projetos listados, as principais ações desenvolvidas e os resultados alcançados, além de almejar entender qual foi a participação da ONU Mulheres nesse processo.

Assim, o estudo voltou-se para os quatro projetos encontrados: 1) “Trabalhadoras Domésticas - Construindo a Igualdade de Gênero” - em parceria com a ONG Themis e o Fundo ELAS-, possuía o objetivo de promover capacitação para trabalhadoras domésticas atingidas pela precarização do trabalho; 2) “Participação de homens e mulheres nos programas de transferência de renda condicionada” - em colaboração com o Instituto Promundo e o Instituto Papai-, que desenvolveu ações no sentido de transformar a base social através do empoderamento econômico e da igualdade de gênero; 3) “Donas da Rua” - em parceria com a empresa Maurício de Sousa Produções-, que visava promover o empoderamento de meninas; 4) e “Edital Empodera”, já citado anteriormente neste trabalho (ONU Mulheres, 2016).

3. Dificuldades de acesso à informação sobre os processos em andamento e sobre os resultados obtidos

Partimos então para pesquisas nos sites das instituições e do órgão, a fim de coletar mais informações além das dispostas no folder, por meio de relatórios e referências similares. A busca não trouxe resultados satisfatórios, trazendo de volta os mesmos questionamentos colocados previamente. Nesse sentido, por meio do endereço eletrônico, foi feito o contato direto com as organizações parceiras e com a ONU Mulheres, com carta de apresentação da pesquisa e um roteiro com perguntas específicas e direcionadas sobre os projetos, no intuito de receber algum direcionamento sobre os dados referidos, ou onde encontrar tais informações.

Apenas o Instituto Papai, responsável pelo projeto “Participação de homens e mulheres nos programas de transferência de renda condicionada” retornou o contato, com o fornecimento de dois documentos referentes às atividades desenvolvidas. O primeiro foi a “Cartilha dividindo cuidados: igualdade entre mulheres e homens no programa bolsa família” (Instituto Papai; Instituto Promundo; ONU Mulheres, 2016a), que aborda temas como a divisão do trabalho e violência doméstica. A cartilha fornece orientações sobre como agir em situações de violência e busca desconstruir mitos sobre a igualdade de gênero, dando ênfase nas relações entre homens e mulheres como uma forma de reduzir

a vulnerabilidade de um grupo social que já enfrenta desigualdades socioeconômicas. O segundo documento foi o “Caderno de Ferramentas: promoção da equidade de gênero em programas de transferência de renda” (Instituto Papai; Instituto Promundo; ONU Mulheres, 2016b), que apresentava atividades em grupo e planos de ação a serem executadas durante o projeto, direcionado a profissionais e lideranças comunitárias.

A partir das informações dos documentos, apreendeu-se que tal projeto foi financiado pelo Fundo para a Igualdade de Gênero (FIG), um mecanismo da ONU Mulheres destinado ao empoderamento econômico. Foi desenvolvido pelo Instituto Promundo e pelo Instituto Papai, com o apoio da OIG, e implementado nos estados de Pernambuco e Rio de Janeiro. As ações propostas pelos arquivos desenvolvidos tencionam contribuir para a equidade de gênero no âmbito dos programas de transferência de renda condicionada, como o Bolsa Família, tendo em vista que 93% dos beneficiários são mulheres e 68% são mulheres negras (Instituto Papai; Instituto Promundo; ONU Mulheres, 2016b). Assim, a promoção de reflexões sobre os padrões de gênero intrínsecos na sociedade propiciaria a redução de uma cadeia de desigualdades, iniciada pela ação a nível local.

Apesar dos dados relevantes apresentados com relação aos planos de execução e atividades a serem desenvolvidas pelo projeto, os arquivos não apresentavam informações sobre os resultados alcançados, ou sobre locais atingidos por ações efetivamente realizadas. Nesse sentido, tentou-se contato novamente com os institutos envolvidos, a fim de alcançar relatórios ou documentos que apresentassem dados sobre as etapas finais, considerando que os oferecidos abordavam apenas os estágios iniciais idealizados. O contato não trouxe retorno, sendo assim, a lacuna sobre os resultados dos projetos desenvolvidos pela ONU Mulheres permaneceu em aberto.

Além disso, aponta-se para o questionamento sobre a real participação da ONU Mulheres dentro do projeto para além do financiamento através do FIG. Durante os documentos analisados, há menções a campanhas, estudos e publicações elaborados pela organização, porém, para além de fornecer uma base teórica, não há menções a como a instituição teria participado do projeto. Portanto, cabe discutir se a ONU Mulheres atua dentro dos projetos apoiados, ou apenas serve como um carimbo de legitimidade de uma instituição internacional, fornecedora de recursos para iniciativas lideradas e executadas integralmente pelos institutos parceiros.

Tentamos o contato com a organização, através do endereço eletrônico, porém, novamente sem retorno. Após o impasse, buscou-se a comunicação via LinkedIn com pessoas vinculadas à OIG, através da carta de apresentação da pesquisa apresentando as dificuldades de obter informação. As poucas respostas obtidas apontavam para o e-mail da ONU Mulheres como canal oficial de contato com a instituição, reiterando o esgotamento de fontes em que a pesquisa se encontrava.

Diante do exposto, é relevante destacar aqui a tese escrita pela Prof^a. Dra. Janaiky Almeida, obtida em meio às tentativas de encontrar obras acadêmicas relacionadas à articulação entre a ONU Mulheres e ONGs brasileiras. Apesar de não se vincular diretamente com o objeto de pesquisa aqui apresentado, o trabalho apresenta dilemas similares aos enfrentados durante o presente estudo.

A autora relata que em uma das fases de sua pesquisa, havia a intenção de realizar entrevistas via e-mail com o objetivo de “conhecer o processo de construção das propostas de desenvolvimento

econômico para as mulheres, no âmbito do trabalho, a partir da participação das mulheres feministas” (Almeida, 2017, p. 42). Para isso, foi enviado um roteiro de entrevista para o endereço eletrônico da ONU Mulheres no Brasil, que não alcançou respostas ao questionário proposto.

A ausência das entrevistas fez com que Almeida (2017) redirecionasse a pesquisa, dado que um dos objetivos iniciais seria justamente o entendimento do processo de construção das iniciativas apoiadas pela instituição, em conjunto com movimentos feministas e a sociedade civil (Almeida, 2017).

Da mesma forma, na pesquisa aqui desenvolvida, a falta de retorno da OIG tornou um dos objetivos propostos inicialmente inviável, que seria entender em que medida a ONU Mulheres participa efetivamente dos projetos realizados em conjunto com as ONGs, e não somente como base teórica ou fonte de informação.

Optamos por seguir a pesquisa pelo sistema ONU, partindo do pressuposto de que, apesar de existir um órgão específico direcionado para a questão de gênero, as políticas públicas promovidas no plano geral ainda são muito fragmentadas. Nesse sentido, em decorrência do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) abrigar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) enquanto *locus* institucional, consideramos que, em alguma medida, a atuação da ONU Mulheres poderia ser observada em conjunto, ou a partir do PNUD, tendo em vista o alinhamento dos órgãos visando o cumprimento do ODS 5, que versa sobre Igualdade de Gênero. A pesquisa, então, buscou entender como o PNUD estaria ligado à ONU Mulheres, por meio da apuração sobre a ação conjunta a nível nacional.

4. Atuação junto ao PNUD

O PNUD é um organismo da ONU que possui como norteador a promoção do desenvolvimento e a erradicação da pobreza ao redor do mundo. O Programa atua em cerca de 170 países, desenvolvendo iniciativas pensadas a nível nacional e local com o objetivo de alcançar o desenvolvimento humano e os ODS (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2023).

No Brasil, a atuação do PNUD é guiada por elementos como o apoio à implementação da Agenda 2030; difusão de novas parcerias com esfera pública, sociedade civil, setor privado e universidades; e cooperação com outros componentes da ONU no país. Nesse sentido, nota-se que o PNUD possui certa tendência para o alinhamento do planejamento com a ONU Mulheres, tendo em vista que busca atuar sobre os ODS, sendo um deles relacionado à igualdade de gênero, além de realizar parcerias com outros organismos da ONU tangentes aos temas.

Assim, através de pesquisas realizadas no site oficial do PNUD, foi possível concluir que este possui vários projetos relacionados à questão de gênero. É interessante destacar que, pelo que foi verificado, o Programa possui uma participação ativa em grande parte das iniciativas desenvolvidas, ao realizar o contato direto com instituições públicas e privadas, e componentes da sociedade civil. Além disso, nota-se que as ações vinculadas à organização possuem um caráter maior de promoção de políticas públicas, não ficando restritas à produção, sistematização e divulgação de informações.

A partir das informações iniciais coletadas, buscou-se avaliar a atuação conjunta entre as entidades. Foram realizadas pesquisas nos sites de ambas as instituições e em bases de dados eletrônicas, a fim de entender se, e como, a ONU Mulheres se entrelaça com o PNUD. O site do Programa levou a publicações, relatórios e eventos virtuais realizados com a ONU Mulheres. Entretanto, dentre os projetos elencados na aba do ODS 5, sobre igualdade de gênero, nenhum era promovido em parceria com a ONU Mulheres. Nas bases de dados, foi possível encontrar alguns projetos desenvolvidos em conjunto, sendo escolhidos três deles para a análise. O objetivo no aprofundamento dos projetos era verificar se estes possuíam políticas implementadas de fato, ou se encaixavam mais no âmbito analítico, com a produção de relatórios e sistematização de dados já existentes.

O primeiro projeto é o “Rastreador Global de Resposta à COVID-19 com viés de gênero”, que buscava monitorar as medidas governamentais adotadas em 226 países e territórios, utilizando duas métricas: participação feminina na linha de frente contra a COVID-19 e políticas nacionais adotadas pelos governos em três áreas específicas, sendo elas combate à violência, apoio aos cuidados não remunerados e reforço à segurança econômica (United Nations Development Programme, 2022). O rastreador foi atualizado de 2020 até novembro de 2021, sendo o relatório final publicado em 2022. Por meio do documento, o projeto buscou compartilhar boas práticas e o monitoramento do progresso das políticas adotadas.

No entanto, aponta-se que no final das contas, o relatório faz apenas recomendações, sem a intenção de promover políticas públicas orientadas pela ONU Mulheres e pelo PNUD. São destacados exemplos positivos nas medidas governamentais, como uma forma de incentivar a comunidade internacional, bem como são indicadas questões a serem melhoradas globalmente como o apoio a movimentos feministas e investimentos em serviços públicos. O relatório traz, ainda, os benefícios de se incorporar a perspectiva de gênero nas respostas governamentais, abordando casos de sucesso entre os países que já seguem esse viés. Portanto, o projeto é enquadrado como sistematização e divulgação de informações para fins analíticos, por não se propor a implementar iniciativas de fato.

O segundo projeto é o “Manual Grupo Refletir”, uma colaboração do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) e da Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF), em parceria com a ONU Mulheres e o PNUD. O trabalho busca divulgar experiências de sucesso na prevenção à violência de gênero, resultado do trabalho com profissionais da segurança pública que já foram autores de violência contra a mulher.

A publicação é fruto da parceria entre SSP-DF e o PNUD, que desenvolveu atividades entre 2018 e 2020, focando na prevenção da violência de gênero e na produção de conteúdos, como cursos de formação, relacionados à Lei Maria da Penha. Nesse sentido, o PNUD coloca que “Os cadernos lançados são propositivos para que possamos compreender de que forma os homens autores de violência podem se tornar agentes de transformação social no enfrentamento à violência de gênero” (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2020, *online*).

Contudo, as fontes analisadas não citam de que forma a ONU Mulheres contribuiu para o projeto, para além de mencionar a parceria. Durante o Manual, a instituição é citada como fonte de

dados, com publicações, pesquisas e relatórios referenciados. Em conclusão, ainda que o projeto promova políticas públicas, estas são implementadas apenas pelo PNUD, sendo a parceria com a ONU Mulheres restrita à publicação do Manual, e podendo levantar questionamentos até mesmo nesse ponto sobre de que forma a colaboração foi realizada (Distrito Federal, 2020).

Por sua vez, o terceiro projeto é um mecanismo relacionado à participação política feminina na região da América Latina e no Caribe, chamado “ATENEA: Por uma democracia 50/50”. Desenvolvido por ONU Mulheres, PNUD e pelo Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA Internacional), a iniciativa calcula o Índice de Paridade Política (IPP) a partir da análise de 40 indicadores, para então fazer recomendações e traçar estratégias de ação conjunta com o intuito de igualar a participação política das mulheres nas democracias.

Conforme relatório publicado em 2020, “[s]ua implementação implica o desenvolvimento de quatro estratégias específicas e inter-relacionadas, chamadas de “pilares” do mecanismo. São eles: informação, análise, comunicação e ação” (IDEA Internacional; ONU Mulheres; PNUD, 2020, *online*). Nesse sentido, para além da sistematização de informações, o relatório traz a análise do caso brasileiro e propõe recomendações com base na realidade local, tomando como base os desafios e problemas identificados durante o processo. Para isso, são apresentadas sugestões nas várias dimensões abordadas, como o sistema de cotas e a questão da paridade dentro dos partidos políticos, a fim de que se torne possível produzir avanços em todas.

Nota-se que o intuito do projeto seria produzir relatórios periódicos com dados atualizados sobre o andamento da temática abordada. Portanto, o primeiro e único relatório do ATENEA Brasil não traz informações sobre resultados sobre o último pilar do mecanismo, que seria a etapa de ação a partir do desenvolvimento de estratégias em colaboração com atores nacionais. Os atores envolvidos não divulgaram nenhum relatório sobre o caso brasileiro depois de 2020, sendo levantada a hipótese de que a pandemia dificultou o processo de implementação das propostas.

Diante do exposto, o ATENEA firma-se enquanto o único projeto dentre os analisados que traz em seu cerne a implantação de políticas públicas promovidas, ainda que em parte, pela ONU Mulheres. Ainda que os percalços no caminho possam ter dificultado a conclusão e a divulgação dos resultados, o projeto é um exemplo do potencial da ONU Mulheres para produzir e implementar iniciativas visando a construção de políticas públicas em parceria com diversos atores, como o PNUD e a sociedade civil. Além disso, o ATENEA tornou-se referência como fonte de dados sobre a igualdade de gênero na política brasileira, tendo em vista a complexidade do mecanismo e a abrangência das dimensões abordadas.

Tabela 2 – Atuação conjunta entre ONU Mulheres e PNUD

Projeto	Atores envolvidos	Objetivos	Avaliação
<i>Rastreador global de resposta à COVID-19 com viés de gênero</i>	ONU Mulheres; PNUD.	Compartilhar boas práticas entre a comunidade internacional	Caráter recomendatório, sem a promoção de políticas públicas
<i>Manual Grupo Refletir</i>	ONU Mulheres; PNUD; SSP-DF; TJDFT.	Divulgar experiências de sucesso na prevenção à violência de gênero	Parceria com a ONU Mulheres restrita a fonte de dados e publicações em conjunto
<i>ATENEA: Por uma democracia 50/50</i>	ONU Mulheres; PNUD; IDEA Internacional.	Fazer recomendações e traçar estratégias de ação conjunta objetivando a participação política feminina	Intuito de promoção de políticas públicas em colaboração com atores nacionais

Fonte: Elaborado pelas autoras

Dessa forma, verificou-se que a atuação da ONU Mulheres ao lado do PNUD evidencia fragilidades e a fragmentação do próprio sistema ONU ao lidar com as questões de gênero. A hipótese levantada é a de que o Programa recebe mais recursos, portanto, é capaz de gerir mais projetos e maior estrutura burocrática e institucional para atingir seus objetivos. Tal afirmação é corroborada na medida em que as parcerias firmadas pelo PNUD possuem caráter mais ativo, em que a instituição participa efetivamente na construção e implementação dos projetos. Enquanto isso, o que se observa no caso da ONU Mulheres é que na maioria das iniciativas apoiadas, a OIG atua fornecendo legitimidade através do carimbo de uma organização internacional, ou apenas financiando projetos que são tocados por entidades autônomas.

Por meio da pesquisa sobre a ação conjunta dos organismos, buscou-se entender se, ao lado do PNUD, tal posicionamento mudaria. A conclusão alcançada foi a de que a ONU Mulheres permanece com um grande destaque na produção, sistematização e divulgação de informações, através de relatórios e publicações. Por sua vez, a difusão de políticas públicas continua relegada a um segundo plano, seja por questões financeiras ou pelas prioridades pautadas na agenda, evidenciando um problema de ação direta da OIG.

Conclusão

Durante a pesquisa, alguns pressupostos delineados inicialmente foram contestados conforme a evolução dos estudos realizados. A conclusão obtida foi a de que a ONU Mulheres é uma importante organização internacional no contexto brasileiro, no âmbito da produção de informações e conteúdo sobre a questão de gênero no país, dentro das diversas áreas temáticas contidas em seu âmago. Porém, a atuação direta relacionada ao envolvimento da instituição na promoção de políticas públicas a partir de projetos ainda é muito incipiente.

Foi constatado que existem poucos projetos em que a OIG possui alguma participação na difusão de tais políticas, e os que foram encontrados revelam grande dificuldade na divulgação de informações sobre a participação da própria instituição. A falta de resposta nas tentativas de contato e a pouca disseminação dos resultados alcançados coloca em pauta o alcance das ações realizadas pela instituição. Assim, é questionado se a instituição atua mais como um selo da ONU para alavancar projetos tangentes à questão de gênero, sem real participação ativa do órgão.

Por outro lado, verifica-se, por sua vez, que o PNUD possui projetos aparentemente de maior destaque e que exercem influência mais significativa nos níveis nacional e local, até mesmo em áreas que deviam ser concernentes à ONU Mulheres. A hipótese levantada, ainda a ser testada, é de que a atuação embrionária da ONU Mulheres se daria pelo baixo orçamento, dado que o PNUD recebe mais recursos, e garante assim, maior visibilidade e capacidade de atuação.

Portanto, nota-se que a ONU Mulheres não alcança o potencial proposto em sua criação, de ser uma instituição específica dentro da ONU com ações eficientes e direcionadas para os direitos das mulheres, precisando se apoiar em outros órgãos do sistema que também abordam tais questões, como o PNUD.

Assim, a ONU Mulheres Brasil aparentemente falha enquanto participante ativa no processo de construção e implementação de políticas públicas voltadas para a questão de gênero.

Entretanto, cabe ressaltar que a dificuldade para encontrar dados nos canais oficiais da instituição é um entrave à divulgação de sua atuação no país. Diante disso, propõe-se que a organização indique de forma clara em seus canais oficiais de divulgação, como o site, de que maneira tem contribuído em todos os projetos apoiados. Ademais, é necessário que haja maior atenção para os canais oficiais de comunicação, tendo em vista que, nas tentativas de contato feitas por endereço eletrônico, não houve retorno.

Dessa forma, é possível que o público geral consiga ter acesso à participação integral da ONU Mulheres nos projetos que promovem a igualdade de gênero em território brasileiro, constatando seus desafios, resultados e mecanismos de ação. A transparência ratifica a legitimidade e a autoridade concedida a uma organização, retomando a ideia de que os propósitos atendidos são em busca do bem coletivo, nesse caso, das mulheres.

Além disso, a divulgação da atuação de maneira nítida possibilita o maior contato com outros setores sociais. Assim, é facilitado o diálogo com organizações da sociedade civil, por exemplo, impulsionando a articulação da organização em torno da questão de gênero com outras instituições, tornando o alcance mais abrangente.

É fato que a ONU Mulheres tem se feito presente na luta por igualdade de gênero dentro do Brasil. Porém, de que forma a contribuição tem sido feita? Sendo assim, por meio de divulgação e comunicação mais acessíveis, é possível que a questão seja melhor esclarecida, facilitando o entendimento sobre a importância do fortalecimento da organização no Brasil, como um importante veículo de discussão e promoção de políticas públicas voltadas à pauta feminista.

Referências bibliográficas

Agência Patrícia Galvão. Sobre o Instituto Patrícia Galvão. Disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/sobre-o-instituto/>. 2023. Acesso em: 25 mai. 2023.

Almeida, Janaiky Pereira. Organismos Internacionais e enfrentamento à precarização do trabalho das mulheres na América Latina. 262 f., il. Tese (Doutorado em Política Social)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

Alves, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. Revista Estudos Feministas 24, no. 2 (2016): 629-638.

Barnett, Michael; Finnemore, Martha. Rules for the World. Cornell University Press, 2012.

Campbell, John L. Institutional Change and Globalization. New Jersey: Princeton University Press, 2004.

Charlesworth, H.; Chinkin, C. "The creation of UN Women. "RegNet research paper series, 2013/7. Regulatory Institutions Network (RegNet) (2013): 1-37.

Distrito Federal. Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. 2020. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/informacoes/cidadania/nucleo-judiciario-da-mulher/documentos-e-links/arquivos/livro-eletronico-manual-grupo-refletir.pdf>. Acesso em: 04 set. 2023.

Empodera. Uma Vitória Leva à Outra: meninas empoderadas pelo esporte. Disponível em: <http://www.umavitorialevaaoutra.org.br/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

Faria, Carlos Aurélio Pimenta de. Políticas Públicas e Relações Internacionais. Brasília: Enap, 2018.

Fundo ELAS. Edital Empodera: Moda Transformando Vidas. 2022. Disponível em: <http://fundosocialelas.org/empodera/uploads/edital-empodera.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Fundo ELAS. Institucional. 2023. Disponível em: <http://www.fundosocialelas.org/institucional.asp>. Acesso em: 22 mai. 2023.

Gabrielli, Cassiana. 2022. Análise das diretrizes internacionais sobre Gênero e Turismo e suas ausências nos Planos Nacionais de Turismo no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo* 16, 2310: 1-15.

Guimarães, Nadya Araujo. 2016. A igualdade substantiva e os novos desafios nas relações de gênero no trabalho. *Revista Estudos Feministas* 24, no. 2: 639-643.

Herz, Mônica; Hoffman, Andrea. *Organizações Internacionais: história e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

IDEA Internacional; ONU Mulheres; PNUD. ATENEA: Por uma democracia 50/50. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL23Sep.pdf. Acesso em: 19 jun. 2023.

Instituto Papai; Instituto Promundo; ONU Mulheres. Cartilha dividindo cuidados – igualdade entre homens e mulheres no programa Bolsa Família. 2016a. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MnmK7pntPbcfGtJQSZrnNg7WWckB9ego/view>. Acesso em: 04 set. 2023.

Instituto Papai; Instituto Promundo; ONU Mulheres. Caderno de Ferramentas – promoção da equidade de gênero em programas de transferência de renda. 2016b. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1DEUSI7I2h94i8BMDTc0OwRqg0BQ_rDpP/view. Acesso em: 04 set. 2023.

ONU Mulheres. Com apoio da ONU Mulheres, Instituto Patrícia Galvão e Instituto Avon lançam plataforma digital “Violência contra mulheres em dados”. 2018. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/com-apoio-da-onu-mulheres-instituto-patricia-galvao-e-instituto-avon-lancam-plataforma-digital-violencia-contras-mulheres-em-dados/>. Acesso em 25 mai. 2023.

ONU Mulheres. Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero. 2016. Disponível em: https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/folder_onumulheres. Acesso em: 15 jun. 2023.

ONU Mulheres. Sobre a ONU Mulheres. 2023a. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>. Acesso em: 24 abr. 2023.

ONU Mulheres. Sociedade civil. 2023b. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/referencias/sociedade-civil/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

ONU Mulheres Brasil. Folder da ONU Mulheres Brasil. 2016. Disponível em: https://issuu.com/onumulheresbrasil/docs/folder_onumulheres. Acesso em: 01 set. 2023.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Experiências exitosas de combate à violência de gênero são tema de publicação lançada por TJDF, SSP-DF, ONU Mulheres e PNUD. 2020. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/experi%C3%Aancias-exitosas-de-combate-%C3%A0-viol%C3%Aancia-de-g%C3%AAnero-s%C3%A3o-tema-de-publica%C3%A7%C3%A3o-lan%C3%A7ada-por-tjdft-ssp-df-onu-mulheres-e-pnud>. Acesso em: 19 jun. 2023.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Quem somos. 2023. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/pnud-no-brasil>. Acesso em: 04 ago. 2023.

Rosenblatt, Fernanda Fonseca; Mello, Marília Montenegro Pessoa de; Medeiros, Carolina Salazar L'Armeé Queiroga de Medeiros. Secondary victimisation, procedural injustices, and machismo: the experiences of women who access Brazil's not-so-specialised domestic violence courts. *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice* 47, no. 2 (2023): 167-184.

Thomson, J.; Whiting, S. Women, Peace and Security National Action Plans in anti-gender governments: The cases of Brazil and Poland. *European Journal of International Security* 7, no. 4 (2022): 531-550.

UN Women. What we do. 2023. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/what-we-do>. Acesso em: 25 abr. 2023.

United Nations Development Programme. COVID-19 Global Gender Response Tracker. 2022. Disponível em: https://data.undp.org/gendertracker/?_gl=1*13bg7h*_ga*MTk2ODEzNjU3MS4xNjgwMDkzNDQ1*_ga_3W7LPK0WP1*MTY4MDA5MzQ0NS4xLjEuMTY4MDA5MzQ0NS42MC4wLjA. Acesso em: 19 jun. 2023.



Copyright: This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which allows unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.

Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.